Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria de assistente técnica, de Gisela Efe Pereira, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, com afetação à Direção de Finanças de Portalegre, nos termos do disposto no artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2014, com efeitos à data do despacho.

18 de setembro de 2017. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
310788897

DEFESA NACIONAL

Autoridade Marítima Nacional

Direção-Geral da Autoridade Marítima

Aviso n.º 11303/2017

Na sequência do estatuído no n.º 2 do artigo 30.º da Portaria n.º 373/2015, de 20 de outubro, faz-se público que os referenciais de formação dos cursos de nadador-salvador e módulos adicionais, que definem os objetivos específicos e conteúdos programáticos a constar dos planos curriculares dos cursos e restante documentação de curso, encontra-se disponível para consulta em <http://www.amn.pt/ISN/Documents/ReferenciaisdeFormaçãoNS-versãofinalcorrigido.pdf>

15 de fevereiro de 2016. — O Diretor do Instituto de Socorros a Náufragos, *Paulo Tomás de Sousa Costa*, Capitão-de-mar-e-guerra.
310789114

Marinha

Superintendência do Material

Despacho n.º 8497/2017

Considerando que os navios da Classe «Tejo», ao qual pertence o NRP «Guadiana», foram adquiridos ao Estado Dinamarquês, para substituição dos navios da Classe «Cacine» e o NRP «Schultz Xavier», que se encontram em final de ciclo de vida;

Considerando a necessidade de operacionalizar os sistemas do NRP «Guadiana», com os padrões de segurança definidos como referência para a Marinha Portuguesa, torna-se necessário efetuar os trabalhos que visam a docagem do navio que englobam a revisão aos tanques, inspeção às linhas de veios, inspeção aos geradores, reparação dos quadros elétricos existentes e revisão a diversos sistemas, dotando, assim, o navio dos requisitos técnicos e de qualidade definidos pela Marinha Portuguesa;

Ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do Despacho n.º 3124/2017, de 17 de março de 2017, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 13 de abril de 2017, conjugado com o disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizo o procedimento de consulta à Arsenal do Alfeite, S. A., e determino o seguinte:

1 — Autorizo a realização de procedimento aquisitivo dirigido à Arsenal do Alfeite, S. A., no contexto do Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e aquela entidade, e de acordo com o procedimento definido no capítulo 16. do Acordo Tripartido, tendo em vista a aquisição de bens e serviços de manutenção e docagem do NRP «Guadiana», a realizar em 2017, até ao preço máximo de 657.863,27 € (seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e três euros e vinte e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a suportar através do Orçamento da Marinha, conforme os respetivos documentos de suporte financeiro.

2 — O instrumento contratual a que se refere o número anterior vigorará após a obtenção de «Visto» ou «Declaração de Conformidade», nos termos e para os efeitos do previstos no n.º 1 do artigo 287.º do CCP, no artigo 130.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e nos artigos 45.º e 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

3 — Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 164.º do CPA, ratifico os atos entretanto praticados no âmbito do Acordo Tripartido que materialmente se integram no procedimento aplicável às aquisições, sem prejuízo de realização da fase negociação prevista no ponto 16.4.2. do referido Acordo Tripartido.

15 de setembro de 2017. — O Superintendente, *António Carlos Vieira Rocha Carrilho*, Vice-Almirante.
310786158

Despacho n.º 8498/2017

Fica sem efeito o Despacho n.º 7868/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de setembro de 2017

15 de setembro de 2017. — O Superintendente, *António Carlos Vieira Rocha Carrilho*, Vice-Almirante.
310786352

Superintendência do Pessoal

Aviso n.º 11304/2017

Concurso para ingresso nos quadros permanentes na categoria de praças 2017

Nos termos do disposto na Lei do Serviço Militar e respetivo Regulamento, nos Estatuto dos Militares das Forças Armadas, na Portaria n.º 300/2016, de 29 de novembro, no Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (ALM CEMA) n.º 46/17, de 23 de agosto e demais legislação em vigor, torna-se público que se encontra aberto durante 15 (quinze) dias úteis, após publicação no *Diário da República*, o concurso interno limitado, para ingresso de 160 voluntários, nos quadros permanentes (QP) na categoria de praças da Marinha.

1 — O presente concurso é aberto condicionalmente, até à emissão de parecer favorável pelo Ministro das Finanças e aprovação por despacho do Ministro da Defesa Nacional, em conformidade com o disposto na lei.

2 — As vagas a concurso destinam-se às seguintes classes de acordo com a distribuição abaixo: Administrativos (L) — 10 vagas; Comunicações (C) — 37 vagas; Condutores Mecânicos de Automóveis (V) — 4 vagas; Eletromecânicos (EM) — 33 vagas; Fuzileiros (FZ) — 17 vagas; Manobras (M) — 31 vagas; Operações (OP) — 12 vagas; Taifa, subclasse de Despenseiros (TFD) — 17 vagas; Taifa, subclasse de Cozinheiros (TFH) — 18 vagas; e Taifa, subclasse de Padeiros (TFP) — 2 vagas; Técnicos de Armamento (TA) — 5 vagas; Mergulhadores (U) — 3 vagas.

3 — As praças da classe «Manobras e Serviços» (MS) concorrerão às classes de M e V, indistintamente

4 — Caso as vagas a concurso não sejam preenchidas na totalidade, o seu provimento será efetuado de acordo com as prioridades definidas na seguinte tabela:

Prioridade	1.*	2.*	3.*	4.*	5.*	6.*	7.*	8.*	9.*	10.*
Classe	EM	M	V	TA	U	U	U	OP	TFP	TFH
Prioridade	11.*	12.*	13.*	14.*	15.*	16.*	17.*	18.*	19.*	20.*
Classe	FZ									
Prioridade	21.*	22.*	23.*	24.*	25.*	26.*	27.*	28.*	29.*	30.*
Classe	C	FZ								
Prioridade	31.*	32.*	33.*	34.*	35.*	36.*	37.*	38.*	39.*	40.*
Classe	FZ									
Prioridade	41.*	42.*	43.*	44.*	45.*	46.*	47.*	48.*	49.*	50.*
Classe	FZ									
Prioridade	51.*	52.*	53.*	54.*	55.*	56.*	57.*	58.*	59.*	60.*
Classe	FZ	FZ	L	FZ	L	L	FZ	L	L	FZ
Prioridade	61.*	62.*	63.*	64.*	65.*	66.*	67.*	68.*	69.*	70.*
Classe	L	L	FZ	L	L	FZ	L	L	FZ	L
Prioridade	71.*	72.*	73.*	74.*	75.*	76.*	77.*	78.*	79.*	80.*
Classe	FZ	L	L	FZ	L	L	FZ	L	L	FZ

5 — São condições para admissão a concurso:

a) Possuir o curso do ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente certificada pelo Ministério da Educação. Os candidatos deverão confirmar se as habilitações literárias registadas no seu processo individual estão corretas, bem como a demais informação e caso não estejam deverão apresentar, na Direção de Pessoal (DP), até à data de fecho do concurso, documento original ou fotocópia autenticada, que habilite a devida correção;

b) Preencher os requisitos estabelecidos neste aviso, designadamente:

- 1) Parâmetros médicos, físicos e psicológicos de seleção;
- 2) Provas físicas e psicológicas de seleção.

c) Ser primeiro-marinheiro, ou segundo-marinheiro com o mínimo de três anos de posto e possuir o curso de promoção a marinheiro; ou, no caso de candidatas na reserva de disponibilidade (RD), ter sido primeiro-marinheiro ou ter cumprido três anos de posto de segundo-marinheiro e possuir o curso de promoção a marinheiro;

d) Possuir idade não superior a 31 anos no ano civil de abertura do concurso para ingresso no QP.

6 — Os candidatos devem formalizar a sua candidatura efetuando os seguintes procedimentos:

Candidatos Militares em Regime de Contrato (RC):

a) Entregar requerimento, conforme modelo em Anexo A, na secretaria da Unidade, Estabelecimento ou Órgão, validado por carimbo ou selo branco, devidamente datado;

b) Enviar por correio eletrónico, para o endereço dp.rop.concursos@marinha.pt a informação constante no Anexo B, ao qual será devolvido um recibo de leitura.

Candidatos na RD:

a) Entregar requerimento, conforme modelo em Anexo A, e registo criminal, presencialmente na DP ou remetendo-o por correio para a seguinte morada:

Marinha
Direção de Pessoal
Repartição de Recrutamento e Seleção
Praça da Armada, 1350-027 Lisboa

b) Enviar por correio eletrónico, para o endereço dp.rop.concursos@marinha.pt a informação constante no Anexo C, ao qual será devolvido um recibo de leitura.

7 — A este concurso aplica-se o Regulamento de Incentivos (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 118/2004, de 21 de maio e n.º 320/2007, de 27 de setembro.

8 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Marinha, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

9 — A fase de admissão compreende a realização das seguintes apreciações, provas e exames, conforme disposto no Despacho do ALM CEMA n.º 46/17, de 23 de agosto, a saber:

- a) Apreciação documental;
- b) Apreciação do mérito absoluto;
- c) Apreciação da aptidão física e psíquica;
- d) Provas físicas;
- e) Exames psicológicos.

10 — As apreciações, provas e exames indicados em 9 resultam em cada caso numa classificação de apto e não apto. A obtenção de uma classificação de não apto em qualquer das provas implica a exclusão do candidato do concurso.

11 — Tendo como referência o número de vagas a concurso, os candidatos serão convocados para as diferentes apreciações, provas e exames em função do seu previsível ordenamento e evolução no processo de admissão do concurso.

12 — Apreciação documental destina-se à verificação da conformidade dos documentos da candidatura e das condições de admissão comuns e especiais indicadas na alínea *a*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 300/2016, de 29 de novembro.

13 — A apreciação de mérito absoluto dos candidatos para ingresso nos QP na categoria de praças é feita nos termos dos critérios indicados no Anexo A do Despacho do ALM CEMA n.º 46/17, de 23 de agosto, sendo eliminados os candidatos que não possuam mérito absoluto segundo os referidos critérios.

14 — A apreciação da aptidão física e psíquica é verificada através da realização de inspeções médicas, sendo eliminados os candidatos que não elaborem atempadamente os processos individuais de classificação (PIC) de acordo com o Despacho do Vice-almirante Superintendente do Pessoal n.º 19/04, de 28 de setembro, não compareçam ou sejam considerados inaptos, nos termos das condições previstas nas “Tabelas Gerais de Inaptidão e Incapacidade para o Serviço nas Forças Armadas” conforme Portaria n.º 790/99, de 7 de setembro, na redação que lhe foi dada pelas Portarias n.ºs 1157/2000, de 7 de dezembro e n.º 1195/2001, de 16 de outubro.

15 — As provas físicas são efetuadas por todos os candidatos de acordo com as normas de execução previstas no Despacho do ALM CEMA n.º 02/02, de 17 de janeiro, alterado pelo Despacho do ALM CEMA n.º 64/05, de 26 de outubro, para a realização das provas de aptidão física, sendo eliminados os candidatos que não compareçam ou obtenham a classificação “não apto”.

16 — Os exames psicológicos visam a avaliação da capacidade do candidato para a aquisição de conhecimentos, aptidões e perícias para o

exercício de funções e progressão de carreira nos QP, conforme as normas descritas no anexo B ao Despacho do ALM CEMA n.º 46/17, de 23 de agosto. São eliminados do concurso os militares que não compareçam ou obtenham a classificação de “não apto”.

17 — A obtenção de resultado positivo nas análises toxicológicas realizadas no âmbito do PIC do concurso constitui motivo de eliminação.

18 — A fase de ordenamento dos candidatos, para ingresso em cada uma das classes, a efetuar pelo júri do concurso, resulta do cálculo da classificação final, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 0,4 \times NCFP + 0,1 \times NCPM + 0,2 \times AM + 0,2 \times TSV + 0,1 \times TDEC$$

sendo:

CF: Classificação Final do Concurso, arredondada às centésimas;
NCFP: Nota do Curso de Formação de Praças numa escala de 0 a 100 e arredondada às centésimas;

NCPM: Nota do Curso de Promoção a Marinheiro numa escala de 0 a 100 e arredondada às centésimas;

AM: Avaliação do Mérito, obtida pela média das avaliações individuais arredondada às centésimas, multiplicada por 20;

TSV(*): Tempo de serviço efetivo, numa escala de 50 a 100, arredondado às centésimas, obtido por interpolação, após o ordenamento do tempo de serviço de todos os candidatos, contado em dias, onde a classificação de 50 é atribuída ao candidato com menos tempo de serviço e a classificação de 100 é atribuída ao candidato com mais tempo de serviço;

(*): Os candidatos que tenham prestado serviço noutra ramo das Forças Armadas deverão fazer prova deste facto a fim de o considerar no âmbito deste concurso.

TDEC: Tempo de desempenho específico na classe a que está a concorrer, numa escala de 0 a 100, arredondado às centésimas, obtido através do quociente entre o tempo de desempenho específico na classe a que está a concorrer (atribuído pelo júri do concurso analisados os cargos desempenhados) e o total do tempo de serviço prestado após concluída a instrução complementar (Curso de Formação de Praças), multiplicado por 100.

19 — O júri de seleção do concurso é composto nos termos do Despacho do ALM CEMA n.º 46/17, de 23 de agosto.

20 — Para efeitos de ordenamento e preenchimento de vagas a que alude o n.º 18, o júri elabora e publica em ordem da DP a lista de classificações e ordenamento, da qual constam os candidatos selecionados para o preenchimento das vagas para o Ingresso nos Quadros Permanentes na categoria de praças e os não admitidos, nas respetivas classes, ordenados por ordem decrescente de classificação. Os candidatos na RD serão notificados com o envio do anexo da ordem da DP para o endereço de correio eletrónico disponibilizado na informação constante no Anexo C.

21 — Em caso de igualdade de classificação, prefere o candidato com mais tempo de serviço efetivo em RC e se ainda assim se mantiver a igualdade o de maior idade.

22 — A data de ingresso dos militares nos QP ocorre 20 (vinte) dias corridos depois da data de homologação da lista de ordenamento dos candidatos, pelo Diretor de Pessoal.

23 — Contactos para esclarecimentos adicionais:

Centro de Recrutamento da Armada, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa
Telefone: 213 945 469

Correio eletrónico: dp.rop.concursos@marinha.pt

ANEXO A

Modelo de Requerimento

Exm. Senhor

Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada

..... (NII) (POSTO) (CLASSE) (NOME COMPLETO),
atualmente a prestar serviço na / na situação de reserva de
disponibilidade, requer ser admitido ao concurso para ingresso nos quadros
permanentes na categoria de praças da Marinha 2017, por um período mínimo
de quatro anos, a contar da data de ingresso no QP, nos termos do
estabelecido na alínea *b*), do n.º 2 do artigo 171.º do EMFAR.

Pede deferimento

(Data)

(Assinatura)

(Visto do Comandante, Diretor ou Chefe)

ANEXO B

Modelo de e-mail para candidatos militares

.....(NII)(POSTO)(CLASSE)(NOME COMPLETO), atualmente a prestar serviço no(a) venho informar que o meu requerimento de candidatura ao concurso para ingresso nos quadros permanentes na categoria de praças da Marinha 2017, conforme convite publicado na OP/-/17, deu entrada na secretaria da minha Unidade em(data) com o registo de entrada n.º

ANEXO C

Modelo de e-mail para candidatos na reserva de disponibilidade

.....(NII)(POSTO)(CLASSE)(NOME COMPLETO), atualmente na reserva de disponibilidade, venho informar que o meu requerimento de candidatura ao concurso para ingresso nos quadros permanentes na categoria de praças da Marinha 2017, conforme convite publicado na OP/-/17, foi entregue presencialmente/enviado por correio em(data) e que concordo em ser notificado de todos os assuntos relativos ao concurso, através do seguinte email@....., e contactado através do número de telemóvel

22 de setembro de 2017. — O Chefe da Repartição de Recrutamento e Seleção, *Paulo Manuel Gonçalves da Silva*, Capitão-de-Mar-e-Guerra.

310798981

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 8499/2017

Em 14 de dezembro de 2016, o CIAB — Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (Tribunal Arbitral de Consumo), centro de arbitragem institucionalizada autorizado pelo Despacho n.º 5479/2003, de 11 de março, do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de março de 2003, requereu a Sua Excelência a Ministra da Justiça, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 425/86, de 27 de dezembro, que seja autorizada a alteração das suas competências em razão do valor, passando a ser limitada à alçada dos tribunais da Relação, e em razão do território, por forma a abranger os municípios que por sua iniciativa ou integrados em quaisquer associações de municípios, nomeadamente comunidades intermunicipais, o solicitem e desde que exista deliberação favorável da Administração, devidamente ratificada pela Assembleia Geral deste centro de arbitragem.

A proposta do CIAB — Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (Tribunal Arbitral de Consumo) cumpre os pressupostos legais da representatividade e da idoneidade para a prossecução da atividade que se propõe realizar, considerando-se reunidas as condições que assegurem a sua execução adequada.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 425/86, de 27 de dezembro, e ao abrigo da competência que me é delegada nos termos do ponto 3.1 do Despacho n.º 977/2016, de 20 de janeiro, da Ministra da Justiça, determino o seguinte:

1 — Autorizo a alteração da competência em razão do valor do CIAB — Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (Tribunal Arbitral de Consumo), que passa a estar limitada ao valor da alçada dos tribunais da Relação, com exceção dos litígios no âmbito do Projeto “Casa Pronta” e dos litígios de consumo sujeitos a arbitragem necessária nos termos da Lei n.º 6/2011, de 10 de março, não sujeitos a limitação de valor.

2 — Autorizo a ampliação da competência territorial do CIAB — Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (Tribunal Arbitral de Consumo), por forma a abranger quaisquer municípios que por sua iniciativa ou integrados em quaisquer associações de municípios, nomeadamente comunidades intermunicipais, o solicitem e desde que exista deliberação favorável da Administração do Centro, devidamente ratificada pela sua Assembleia Geral.

Notifique-se e remeta-se para publicação.

13 de setembro de 2017. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

310786328

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 11305/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do

Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 06.07.2017, foi designada em regime de substituição, para o cargo de Chefe de Divisão de Análise e Gestão dos Registos, da Direção-Geral da Administração da Justiça, a Engenheira Dora Maria Capela Taveira da Silva, técnica superior do mapa de pessoal desta Direção-Geral, ao abrigo do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atualizada, com efeitos a 01.05.2017.

O despacho de designação fundamentou-se no facto da designada deter o perfil indicado para o exercício daquele cargo, possuir os requisitos legais exigidos e revelar aptidão pessoal e técnica para o exercício de funções dirigidas e competência na área funcional da referida unidade orgânica flexível, conforme evidenciado na nota curricular anexa.

15 de setembro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

ANEXO

Nota Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Dora Maria Capela Taveira da Silva
Data de nascimento: 24 de dezembro de 1963

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Química Industrial, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)

III — Formação profissional:

Curso de Identificação ministrado pelo Centro de Identificação Civil e Criminal (CICC), nos termos da Portaria n.º 315/89, de 4 de maio;

Curso de “Linguagens de Programação” desenvolvido no âmbito da Formação de Formadores para o Ensino Superior, ministrado pelo Instituto Superior de Engenharia e Lisboa e o PRODEP — Formação de Docentes para o Ensino Superior com a duração de 230 horas;

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminário na área da administração pública.

IV — Percurso profissional:

Maio de 1983 — início de funções, como tarefaira no Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa (CICC), do Ministério da Justiça;

20 março 1989 — contratada por um ano prorrogável na categoria de 3.º oficial, letra M, nos termos do Decreto-Lei n.º 440/88, de 30/11, no Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa (CICC), do Ministério da Justiça;

15 janeiro de 1990 — nomeada técnica auxiliar de 2.ª classe, do quadro de pessoal do Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa;

25 janeiro 1993 — nomeada técnica auxiliar de 1.ª classe, do quadro de pessoal do Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa;

Junho 1993 — extinção do Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa — Decreto-Lei n.º 148/93, de 03/05, tendo transitado para o quadro de pessoal da Direção Geral dos Serviços Judiciários;

Fevereiro de 1995 — Nomeada encarregada do Setor CER.PO, da Direção de Serviços de Identificação Criminal, de Contumazes e Objetores de Consciência, da Direção Geral dos Serviços Judiciários;

3 fevereiro 1997 — nomeada técnica auxiliar principal, do quadro de pessoal da Direção-Geral dos Serviços Judiciários;

16 maio 2000 — nomeada técnica de 2.ª classe, do quadro de pessoal da Direção-Geral dos Serviços Judiciários;

12 janeiro 2001 — designada Coordenadora do Setor de Organização Geral de Arquivos (OGA), da Direção de Serviços de Identificação Criminal da Direção-Geral da Administração da Justiça;

3 abril 2002 — nomeada Técnico Superior de 2.ª classe, do quadro de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;

4 outubro de 2002 — designada Coordenadora do Setor de Registo e Digitalização de Boletins (RDB), mantendo a Coordenação do Setor (OGA), da Direção de Serviços de Identificação Criminal da Direção-Geral da Administração da Justiça;

31 janeiro 2008 — nomeada Técnico Superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;

11 outubro de 2010 — designada Coordenadora da Divisão de Análise de Registos e Dactiloscopia, atual Divisão de Análise e Gestão dos Registos, da Direção-Geral da Administração da Justiça.

V — Outras Atividades Profissionais Relevantes:

Desde maio de 1983 até à atualidade — experiência na área de Análise técnico-jurídica dos registos passando por todos os diversos setores do Registo Criminal.

Coordenação do projeto de conversão do ficheiro manual de Identificação Criminal para suporte digital.